

Por *Marcelio Farias*

# Cardoso: "A Funai deve defender o índio, como o advogado defende seu cliente"

Fotos J. França



Desde 1964, os cientistas sociais andam afastados das decisões. O regime apenas os tolera. O tema indigenista, tema secular, milenar, que se situa na base de toda a nossa *entourage Cultural*; o problema agrário, as questões envolvendo a função específica das ciências sociais, são temas que têm passado ao cargo de suas mesas.

Um cientista social, Roberto Cardoso de Oliveira. Figura esquiada, refratária a entrevistas e depoimentos: sob todos os aspectos a imagem do intelectual sério - o homem do pensamento e da análise, longe dos contatos breves e específicos com o grande mundo das notícias, da informação.

Um contato demorado. Troca de perguntas - rascunhadas previamente. Todo um cerimonial. Cerimonial por sinal até curioso se lembrarmos que o entrevistado é um grande estudioso das formas indígenas, do ritual dessas formas de cultura. Lembra, em certos momentos, um chefe indígena pelo

CB - Que estudos contribuíram nesta última década para melhor iluminar o conhecimento da realidade brasileira?

A pergunta, como foi formulada, é de difícil resposta. A produção de obras - e me refiro aqui somente a livros - sobre a realidade brasileira é extremamente rica na área das Ciências Sociais, mesmo restringindo essa área à Antropologia Social, à Sociologia e à Ciência Política. Torna-se portanto, arriscado - risco de cometer injustiça - apontar um ou outro autor, uma ou outra obra. Livros de síntese sobre o Brasil, do tipo *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, ou *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, que tanto contribuíram nos anos 30 para o conhecimento de nossa realidade, constituem um gênero de ensaio que progressivamente veio rareando na literatura de Ciências Sociais nas últimas décadas. Os anos 70, em minha opinião, marcam o surgimento de uma pletora de livros

sua classe ou sua etnia), mas captando o real a partir da ótica do 'outro', sem contudo confundí-la com a realidade que pretende focalizar. Quer dizer, que a ótica do 'outro', matéria - prima de sua investigação, é articulada com a observação do comportamento concreto e da teia de relações que o envolve. Nessa teia de relações o próprio pesquisador se insere (a chamada observação participante), fundindo-se - ainda que artificialmente - com o objeto. Assim fazendo praticamente neutraliza a oposição sujeito cognoscente/objeto cognoscível, tão cara à Ciência Social positivista. Merleau-Ponty, ao fazer aquela reflexão, estava se referindo à obra de Marcel Mauss - um clássico da Antropologia Social, e que hoje me parece cada vez mais atual.

CB - Deve-se concluir, então, que a Antropologia é sempre o estudo de outra sociedade?

Não necessariamente. O 'outro' de que fala o filósofo pode ser encontrado - e o é frequentemente - dentro da própria sociedade do pesquisador, membro natural de sociedades complexas, sociedades que criaram a própria Antropologia e as demais Ciências Sociais ou não, como hoje as conhecemos. Essas sociedades são em regra estratificadas em classes, quando não em castas (a Índia, por exemplo), são muitas vezes etnicamente segmentadas e/ou diferenciadas em setores rurais e urbanos, desenvolvidos e subdesenvolvidos, etc. etc. A complexidade dessas sociedades, de nossas sociedades, estaria assim em sua estrutura altamente diferenciada, geradora por sua vez de modalidades de ser igualmente diferenciadas. Tais modalidades são, a rigor, modalidades de ser diferente. De certa forma a Antropologia é o exercício da diferen-

Ciências Sociais sempre viveram uma paixão: a paixão da crítica. Ela lhes é essencial. Num Estado como o nosso, orientado por uma ideologia desenvolvimentista, menos do que promoverem diretamente esse desenvolvimento -

"É preciso ter - se em conta que as Ciências Sociais sempre viveram uma paixão: a paixão da crítica".

sempre visto, aliás, como desenvolvimento econômico e tecnológico - cuidam de julgá-lo, avaliá-lo, pesando os prós e os contras, e, nesse sentido, procurando resgatar o Homem e os custos que ele paga nesse processo ir pessoal e geralmente impiedoso para certas camadas sociais, como para o campesinato, ou a certos segmentos étnicos, como para os grupos indígenas. Ora, tal avaliação nunca é neutra, e nem pode ser, pois ela sempre procura levar em conta os pontos de vista de todos os atores de um processo social totalizador. Mas isso tudo não significa se já o cientista social necessariamente o mais temido por um Estado que tenha contas a prestar. A coisa pode ser muito conjuntural. Agora, por exemplo, estamos assistindo à crítica que os físicos fazem à política atômica do Governo, com repercussões na sociedade civil e no próprio Estado nunca observáveis - que eu saiba - em qualquer outra ocasião. Seria a Física, por isso, mais temida? Creio que o temor frente à qualquer tipo de ciência faz parte da síndrome do obscurantismo. Essa mentalidade obscurantista sim, parece-me que está sendo dissipada.

CB - Que entidades mantidas pelo governo investem hoje em pesquisa? No caso do CNPq, o que se pode dizer desta entidade? E as universidades - são redutos de pesquisas ou ainda continuam amoldadas? Como explicar o baixíssimo número de trabalhos apresentados pela UnB nas últimas reuniões da SBPC?

Vamos por partes, ainda que misturando um pouco as suas perguntas. Em minha opinião há um certo equívoco em se pensar que as Universidades possuam políticas de pesquisa, no sentido delas mesmas investirem recursos em tais ou quais linhas de investigação. Isso pode ocorrer, mas que eu tenha conhecimento pelo menos na área das Ciências Sociais tal não ocorre. A capacidade de produção de pesquisa em uma Universidade é função da capacitação de seu corpo docente, seja, naturalmente, no que diz respeito à sua competência científica, seja no que concerne

"A terra para o índio é sagrada, na acepção literal do termo: é nela que enterram os seus mortos, pois foi dela que nasceram como povo".

ca: uma disciplina que, voltada para a diferença, refina a percepção do pesquisador e orienta sua inteligência para a compreensão dessas modalidades. Uma característica do desenvolvimento da Antropologia Social nesta última década foi precisamente o debruçar-se sobre a sociedade nacional, levando as novas gerações de antropólogos a *estranharem* a sua própria sociedade e, em decorrência disto, procurarem explicá-la. Meu antigo professor de filosofia, na Universidade de São Paulo, o saudoso Cruz Costa, gostava muito de definir a Filosofia - seguindo Anibal Sanchez Reullet - como a arte de estranhar a realidade isto é, de questioná-la sistematicamente. Vejo isso como algo comum à Antropologia.

CB - Na relação entre o cientista social e o Estado, poder-se-ia dizer que ele é mais temido do que o cientista da área das chamadas "ciências exatas"? Ou essa mentalidade já foi dissipada?

É preciso ter-se em conta que as

**"As decisões não podem ser tomadas corretamente se não se ouvir em primeiro lugar o índio, posteriormente aqueles que trabalham diretamente com eles - os funcionários de base da Funai - e os indigenistas, desde que estejam imbuídos de valores igualitários, de respeito, a formas diferentes de existir e de uma obstinada defesa dos direitos humanos"**

silêncio, pela discreção, pela evidente timidez.

Não lembra nem de longe o laureadíssimo nome que é. Bacharel, Licenciado, Doutor, estagiário em Harvard. Criador do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Recebeu, ano passado, o prêmio da International Organization for the Elimination of All Forms of Racial Discrimination, de Londres.

Quer em sua sala na Universidade de Brasília (onde é professor titular de Antropologia Social), quer em seu chalé em algum silencioso recanto do Lago Norte, Roberto Cardoso de Oliveira, mostra-se sensível a todos os temas do seu tempo. Temas que sua área de atuação específica, levou a compreender indo às raízes místicas, aos movimentos de toda a história submersa, que, ao fim de tudo, é quem dita as normatividades da história de todos os séculos.

que cobrem uma variedade de tópicos específicos, com muito trabalho de observação direta e, portanto, circunscritos a realidades contemporâneas do pesquisador e ao alcance de sua observação. Como vê, nesse sentido já restrinjo minhas considerações à Antropologia Social, cujo exercício obriga ao pesquisador estar em presença dos dados a fim de colhê-los em primeira mão.

CB - Poderia se dizer então que o específico da Antropologia Social é a sua metodologia?

Não digo isso. O método, a meu ver, é uma decorrência da postura teórica adotada pelo pesquisador. Talvez melhor do que qualquer antropólogo, foi um filósofo, Merleau-Ponty, que melhor viu a especificidade da Antropologia, quando a definiu "como uma maneira de pensar que se impõe quando o objeto é 'outro' e exige que nós nos transformemos". Isso significa que o antropólogo ao relativizar o objeto de investigação se relativiza igualmente, não impondo sua ótica (de sua sociedade,

por *Marcello Farias*

**“Meu professor Cruz Costa gostava de definir a Filosofia - seguindo Sanchez Reullet - como a arte de estranhar a realidade, isto é, de questioná-la sistematicamente”.**



**“Não vejo mordança política, de caráter ideológico, e sim, o fato das verbas para pesquisa estarem seguramente mais escassas do que há dois anos atrás”.**

às suas possibilidades de obter recursos em agências de financiamento, no mais das vezes externas à Universidade. É o caso, por exemplo, do CNPq, das Fundações de Amparo e Pesquisa, da CAPES em seus programas de ensino avançado, das secretarias de Ciência e Tecnologia de diversos Ministérios, da FINEP, de agências estrangeiras como a Fundação Ford, ou internacionais, como a UNESCO. A qualificação individual do pesquisador, quando trabalha só, ou coletiva, quando trabalha em equipe, aliada à qualidade do projeto de pesquisa, são os indicadores principais levados em conta por agências de financiamento como o CNPq, Fundações de Amparo à Pesquisa, Fundação Ford, enquanto outras fontes de financiamento, como os Ministérios ou empresas governamentais, de tipo EMBRAPA, possuem linhas de financiamento para problemas e áreas específicas, obedecendo aqui a políticas de governo. Bem. O que posso dizer - pelos menos na minha área - é que as dificuldades para a pesquisa têm sido determinadas por falta de dinheiro, o que parece estar se agravando no presente. Não vejo mordança política, de caráter ideológico. As verbas para pesquisa estão seguramente mais escassas do que há dois anos atrás - pelo que estou informado acompanhando as dificuldades que os comitês assessores do CNPq encontram para atender à demanda. Dificuldades que também encontra a CAPES para atender a seus compromissos junto aos bolsistas de pós-graduação, muitos deles meus alunos, igualmente vinculados à pesquisa, parte indissociável de seu adestramento científico. A questão está em se saber se diante dessa alegada escassez de recursos governamentais, qual a decisão tomada pela cúpula econômica do Governo? Se se pretende sacrificar a pesquisa científica e o seu ensino, só posso dizer que é lamentável e um erro de cálculo, pois profundamente imediatista. Finalmente quanto à SBPC posso dizer que a participação em suas diferentes sessões e simpósios sempre foi individual. Nada sei sobre o número de comunicações apresentadas por docentes da UnB. Mas na área da Antropologia, quando a SBPC reuniu-se em Brasília, na própria UnB, há alguns anos atrás, a participação de nossos colegas foi bastante expressiva. A SBPC é um fórum de debate bastante amplo e de muito prestígio para os pesquisadores em geral. Porém, não é o único, se bem que seja o mais conhecido. Os antropólogos, por exemplo, possuem a sua entidade, a Associação Brasileira de Antropologia que existe desde princípios dos anos 50. A ABA costuma reunir-se quase simultaneamente com a SBPC

o que leva os antropólogos a terem de optar entre a participação em uma ou em outra; poucos são os colegas que conseguem participar em ambas e, isso, quando elas ocorrem na mesma cidade. Agora em julho, por exemplo, tivemos a reunião da ABA no Rio de Janeiro, dias após a realização da SBPC na mesma cidade. Do nosso Departamento, estiveram presentes na ABA apresentando trabalhos ou presidindo sessões, além de mim, os professores Roque de Barros Laraia e Júlio César Melatti, além de também comparecerem vários estudantes de pós-graduação. E posso acrescentar que no Conselho Científico da ABA sempre teve um membro do nosso Departamento; nessa última reunião, em que se encerrou o mandato de Roque Laraia, fui eu eleito membro do Conselho, retornando ao mesmo pela terceira vez nesses últimos vinte e cinco anos. Os antropólogos da UnB não estão ausentes de nenhum fórum de debate científico, estando inclusive presentes em congressos internacionais.

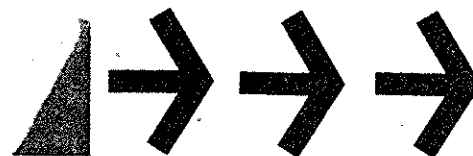
**CB - Soubemos que a UnB está em vias de criar um Curso de Doutorado em Antropologia. Poderia dizer alguma coisa sobre o objetivo desse curso? Qual o seu significado para a profissão de antropólogo no Brasil??**

O Curso de Doutorado nada mais é do que um desdobramento da pós-graduação em Antropologia Social que mantemos na UnB

**“Livros de síntese sobre o Brasil, do tipo de Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda, ou Casa Grande e Senzala, de Gilberto Freyre, que tanto contribuíram nos anos 30. para o conhecimento de nossa realidade, constituem um gênero de ensaio, que, progressivamente, veio rareando na literatura das Ciências Sociais, nas últimas décadas”.**



desde 1972, a nível de Mestrado. Como um nível mais avançado de ensino, o Doutorado não pode ser improvisado (aliás, nem mesmo o Mestrado). Deve surgir de um amadurecimento coletivo do corpo docente, conseguido através de uma articulação sistemática do ensino com a pesquisa. Não é tarefa de um ou dois professores. É trabalho de equipe, que deve contar entre seus componentes um grupo majoritário de professores-doutores. O que nos animou a criar o Doutorado foi o fato de já contarmos com um conjunto de onze antropólogos, nove dos quais doutores e apenas dois mestres. Não há um professor sem pós-graduação. Temos ainda no corpo docente do Departamento de Ciências Sociais, colegas da área de Sociologia. Estes, através do curso de Mestrado em Sociologia, ministram disciplinas de área conexa à Antropologia e que são muito procurados por nossos alunos. Com o Curso de Doutorado, que contamos possa ter início no primeiro semestre do próximo ano, a UnB passará a formar com a Universidade de São Paulo e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (através de seu Museu Nacional), que já possuem os seus doutoramentos, um leque de opções para candidatos a uma



Brasília, domingo, 17 de agosto de 1980

por *Marcílio Farias*



populações aborígenes em seus territórios, não as têm representadas no Estado. A partir do momento em que essas minorias aborígenes começam a manifestar as suas aspirações de autonomia, posse de seus territórios tribais, direitos civis, etc. o Estado não mais pode agir autoritariamente em cima delas, paternalisticamente, mas deve ter a sabedoria de ouvi-las e de negociar com elas.

**“Quanto à SBPC, posso dizer que a participação em suas diferentes sessões e simpósios sempre foi individual. Nada sei sobre o número de comunicações apresentadas por docentes da UnB”**



**“Penso que não há neutralidade possível num órgão protetor como a Funai: a instituição tem de estar a favor do índio, tal como um advogado que luta pelo seu cliente”.**

formação avançada em Antropologia Social. Creio que brevemente a UNICAMP nos seguirá, ampliando ainda mais esse leque. Mas nosso programa de pós-graduação não visa apenas atuar em escala nacional; está igualmente voltado para a América Latina, de onde já possuímos vários estudantes de mestrado e esperamos ter bons candidatos para o doutoramento, quando abriremos as inscrições.

**CB - Na área específica de sua atuação, a Antropologia, como o senhor vê os últimos acontecimentos envolvendo a Sociedade Brasileira de Indigenistas e a Funai?**

Tenho acompanhado esses acontecimentos apenas pelos jornais. O que posso dizer é que é pena que SBI e FUNAI não consigam um plano de entendimento capaz de conduzir ao aprimoramento das práticas indigenistas. A meu ver esse desentendimento reflete um problema muito maior e antigo, de caráter estrutural, já observável no extinto Serviço de Proteção aos Índios. Em primeiro lugar - ainda que isso não seja aspecto mais importante - há de se

assinalar que sempre houve um antagonismo surdo entre os chamados burocratas da administração central e os funcionários de base, particularmente os Encarregados de Posto Indígena, os sertanistas e os próprios antropólogos, pois que estes últimos, mesmo lotados na sede do órgão, mantêm contatos frequentes com a realidade indígena e a estudam. Os primeiros, os administradores, sempre tiveram o poder, ou, pelo menos, mais poder, e nem sempre o utilizam a favor do índio; quando não estão ideologicamente comprometidos com os interesses da sociedade nacional envolvente, buscam uma neutralidade equívoca - mesmo os mais bem-intencionados. Penso que não há neutralidade possível num órgão protetor como a FUNAI: a instituição tem de estar a favor do índio, tal como um advogado que luta pelo seu cliente. Não há meio termo. A FUNAI tem por ofício interpretar o Estatuto do Índio a favor da proteção, mesmo que seja para perder frente ao Estado. Em segundo lugar, portanto, temos o que tenho interpretado como uma crise no indigenismo. É um fenômeno - a meu ver interamericano, no sentido de que transcende o território brasileiro e atinge todos os países que, possuindo

substituindo a visão colonialista - contida, aliás, tradicionalmente ideologia indigenista oficial - por uma prática diplomática. A experiência etnológica mostra que nunca é o índio quem descumpe os acordos e os tratados. Considerados com respeito, certamente chegarão a acordos que saberão honrar de sua parte. Sabem, inclusive, abrir mão de direitos tradicionais, como uma concessão que fazem ao Estado Nacional, desde que isso lhes assegure paz e um território que lhes permita reproduzir a sociedade tribal, com seus valores e seu estilo de vida, que mudarão se o desejarem, nunca por imposição. Em suma, para não me alongar num assunto naturalmente extenso, diria que essa crise que já se prenunciava há vários anos, pôde ser melhor detectada nesses últimos, cinco anos, a partir das manifestações das lideranças indígenas organizadas em Assembléias. Esse é um fato novo para a FUNAI e ela terá que aprender a conviver com ele. Terá igualmente de aprender a interpretar o Estatuto do Índio como um instrumento que é de defesa do índio, e não como um amortecedor das pressões indígenas frente à poderosa Sociedade Nacional e de seu Estado. Creio, mesmo, que um órgão de Governo como a FUNAI melhor servirá ao Estado se lograr levar para os centros de decisões governamentais as reais aspirações dos grupos indígenas, particularmente no que diz respeito a uma política agrária e fundiária: evitaria redefinições futuras de limites de territórios tribais, como vejo agora estar acontecendo com os Txukarramãe, recentemente ocorreu com os Xavante e no futuro certamente ocorrerá com os Yanomani, se os limites do projetado Parque Indígena Yanomani não atender às reivindicações desses índios. A sociedade brasileira já se apossou

de muita terra indígena ao longo desses últimos quatro séculos. Será que ela não pode assegurar aos seus legítimos donos as últimas terras que lhes restam?

**CB - Fale um pouco sobre o “massacre do Xingu”, comandado pelo cacique Raoni. Os índios matam camponeses, quando ambos ocupam uma posição de oprimidos. Os fazendeiros, verdadeiros interessados na terra, continuam impunes. Será, de qualquer forma, que o ato dos Txukarramãe serve para alertar quanto a uma disposição dos índios em voltar a práticas guerreiras, para assegurarem suas terras?**

Sobre o chamado “massacre” em si estou informado unicamente pela imprensa. Mas posso tentar situá-lo no contexto das relações entre índios e brancos no Brasil. A história das relações interétnicas mostra que ele não foi o primeiro e que, infelizmente, não será o último. Enquanto houver disputa de terras - que para o índio são mais do que terras, são territórios tribais - e não houver um encaminhamento de negociações entre as partes, sob a supervisão protetora da FUNAI, a luta pela terra continuará a existir. A terra para o índio é sagrada, na acepção literal do termo: é nela que enterram os seus mortos, pois foi dela que nasceram como povo. Estão, se assim posso dizer, umbilicalmente ligados a ela. Não é uma terra exclusivamente destinada à produção de bens; ela é destinada para a reprodução da tribo. Seu uso econômico é secundário, ainda

que não seja destituído de valor. Mas é um valor cuja lógica se encontra numa economia de subsistência, e não numa economia de acumulação corrente na sociedade nacional, em seus setores majoritários, não-camponeses. Isso porque o que se poderia chamar de camponês “típico” estaria vinculado a uma economia também de subsistência. Parece que os homens que foram mortos pelos Txukarramãe eram peões, a serviço de algum empresário ou fazendeiro, não sei, que os colocou entre a cruz e a caldeira; esses peões são também vítimas, tal como o são os próprios índios. Quanto à impunidade dos fazendeiros ou empresários, não é difícil imaginar as razões que levam os poderosos a escapar da Justiça. Nossa esperança é que eles não escapem e que apenas estejam protelando a justiça. Espero que o Governo e a própria FUNAI estejam bem cientes da gravidade da Questão Indígena, quando ela não é bem equacionada ao nível dos órgãos de decisão. E essas decisões não podem ser corretamente tomadas se não se ouvir em primeiro lugar o índio, posteriormente aqueles que trabalham diretamente com eles - os funcionários de base da FUNAI - e os indigenistas de um modo geral, sejam eles antropólogos ou não, desde que estejam imbuídos dos valores igualitários, de respeito a formas diferentes de existir - aquelas modalidades a que me referi no início desta entrevista - e de uma obstinada defesa dos direitos humanos.